

UM OLHAR SOBRE O ELEMENTO
NACIONAL NO PERÍODO DA
COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO MÉDIO
ALTO URUGUAI – RS – 1917/1950

Dablio Batista Taglietti¹

RESUMO: O presente artigo refere-se ao elemento nacional ou, como é popularmente conhecido o caboclo, e a ocupação da Região do Médio Alto Uruguai/RS. Procuramos demonstrar que a ocupação primeira dessas terras de mata e devolutas deve ser atribuída a esse elemento, isto porque, constantemente nos deparamos com uma visão um tanto deturpada, oferecendo os méritos do pioneirismo e desbravamento ao descendente de europeu. De acordo com a pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas (história oral), foi possível observar a relevância que devemos atribuir ao caboclo, pois o mesmo foi inserido na região por um modelo econômico e político de ocupação das terras devolutas, ora estabelecendo-o em terras de mata, ora forçando a sua saída, tornando-o um verdadeiro migrante.

PALAVRAS-CHAVE: elemento nacional, Médio Alto Uruguai, migrante.

ABSTRACT: The present article is about the national element, or as he is

¹ Professor docente do curso de história, da URI – Campus de Frederico Westphalen. Mestre em História.

popularly known, the backwoodsman, and the occupation of the High Medium Uruguay's Region, in RS. We try to show that the first occupation of these inhabited lands of forests must be attributed to that element because, constantly, we come across with a somewhat distorted vision, offering the merits of the pioneering and groundbreaking to the European descendent. According to documental and bibliographical research and interviews (verbal stories) it was possible to observe the importance that we should attribute to the backwoodsman, because he was inserted in the region by an economic and political model of occupation of the vacant lands, either establishing him/her on a land of forests, or forging his leaving, making him/her a real migrant.

KEY-WORDS: national element, High Medium Uruguai, migrant

Ao nos depararmos com a história da Região do Médio Alto Uruguai, é imprescindível não cruzarmos com o elemento caboclo e ou nacional ou até mesmo muitas vezes tratado como intruso² pelos órgãos competentes pela colonização da região.

Quando tratamos desse sujeito, intentamos relacioná-lo à trajetória agrária e fundiária. Não queremos julgar a atuação pública em relação a esse elemento, nem colocá-lo como um ser inferior, buscamos, sim, inseri-lo nesse processo histórico.

O elemento caboclo encontrou nas terras de mata, terras essas consideradas devolutas (pertencente ao estado), um ambiente propício para se instalar, devido à trajetória de exclusão que vinha sofrendo ao longo da história. Porém, houve algumas razões de ordem macro que deslocaram essa parcela da população a procurar refúgio. Entre elas podemos apontar as Revoluções Federalista de 1893 e a de 1923.

Não pretendemos mostrar apenas a visão oficial da época em que

² Nas correspondências oficiais contidas na ex-Inspetoria de Terras e Colonização de Frederico Westphalen, o sentido para intruso está associado ao elemento caboclo, porém, tanto para Zarth como Luiza Kliemam, intruso podia ser considerado o elemento descendente, desde que estivesse ocupando terras devolutas para serem demarcadas.

estava ocorrendo a normatização agrária da região do Médio Alto Uruguai sobre o elemento nacional, e como por diversas vezes utilizamos o termo “caboclo”, buscamos em Zarth uma definição precisa: “Trata-se dos lavradores nacionais, camponeses conhecidos como caboclos, sertanejos, caipiras e tantos outros nomes variáveis conforme a região”³

A criação de cada comissão de terras ou a instalação de cada novo núcleo, seguia-se geralmente a retirada gradual da maioria dos nacionais moradores da região. Uns retiravam-se alegando falta de proteção da administração pública [...].⁴

Esses sujeitos, que não tiveram a oportunidade de aprender a viver com “dignidade”, apresentavam características de vida não aceita por aqueles que organizavam a ocupação da região e, mesmo, para os migrantes descendentes de europeus. É ilustrativa dessa visão uma passagem de um dos relatórios feitos pela Inspetoria de Terras e Colonização, quando do reconhecimento da travessia que ligava Palmeira a Águas do Mel (Iraí):

[...] o povo ainda desconhece os princípios mais rudimentares da agricultura, pois a ferramenta que usam empregando muito pouco, é o machado e a foíce e raramente a enxada. O seu trabalho principal consiste em estragar as matas, no que estão sendo impedidos, mas reclamando sempre.⁵

A atuação dos nacionais junto às florestas também causava preocupação, motivando a necessidade de um maior controle:

[...] Outrossim que o sistema por eles adotados fazendo grandes derrubadas de matas todos os anos, para em seguida no ano imediato abandonar os roçados sob

³ ZARTH, Paulo A. História agrária do planalto gaúcho. 1850-1920. Ijuí. Ed.Unijui. 1997. p,76.

⁴ CORRESPONDÊNCIA. Dezembro 1941. Inspetoria de Terras e Colonização. Frederico Westphalen - RS.

⁵ RELATÓRIO DE SERVIÇOS, 1917. Inspetoria de Terras e Colonização. Frederico Westphalen - RS.

pretexto que nos “tigueros” a produção não é compensativa. [...] Derrubar, plantar, queimar e colher, abandonando em seguida os tigueros para não carpir! Do manejo da enxada é que o nosso sertanejo não quer saber, sendo até certo ponto justificada esta sua aversão a este útil e precioso instrumento da lavoura, porque ele é propriamente um misto de criador e plantador, já não digo agricultor [...].⁶

Um aspecto que podemos observar com frequência nos relatórios feitos pelos funcionários da Comissão de Terras de Palmeira das Missões, os primeiros a reconhecerem a região oficialmente, são os vários depoimentos que faziam sobre o modo de vida dos nacionais.

Tais relatos são importantes por ilustrarem uma época em que se projetava o novo Regulamento de 1922 e que trazia a proteção dos nacionais. Outra questão muito expressiva que se deve levar em consideração é que, a partir da década de 1940, conforme documentação oficial contida na Inspetoria de Frederico Westphalen, houve a preocupação dos órgãos do governo de dar orientação técnica aos nacionais pobres no sentido de qualificá-los para o trabalho na produção de gêneros alimentícios, na lida da roça, etc. Vejamos este trecho do relatório de 1937:

Seria conveniente que o Estado tomasse providências por intermédio das autoridades competentes e com o auxílio e assistência da Diretoria de Terras, no sentido de serem os nossos agricultores pobres, principalmente os “caboclos” amparados mais diretamente, especialmente com assistência médica e assistência técnica. Teriam de ser organizados núcleos coloniais administrados por funcionários do Estado, com regime cooperativista e para atender os agricultores esparsos, deveriam ser nomeados “fiscais da lavoura” com funções especificadas para fiscalizar as plantações, dar orientação técnica, auxiliá-los por ocasião das plantações, das colheitas e na venda de seus produtos. Os nossos

⁶RELATÓRIO DE SERVIÇOS, 1917. Inspetoria de Terras e Colonização. Frederico Westphalen -RS.

caboclos apesar de serem reconhecidamente bons trabalhadores são dispersivos, pouco persistentes e desorganizados. ⁷

Embora existisse o Serviço de Proteção aos Nacionais, a incorporação de novos costumes, como a permanência num determinado local, beneficiando-se da legislação e convivendo com os migrantes, foi uma dificuldade para eles, pois teriam que praticamente romper com um sistema particular, que fez com que a maioria continuasse a migrar.

As autoridades que elaboraram o Serviço de Proteção ao Nacional queriam inserir os nacionais num modelo produtivo da pequena propriedade, fixando-os à terra. Para isso, muitas vantagens eram previstas, como:

- a) demarcação para cada família, nas terras que se achava ocupando, de lotes rurais, sendo esta a providência fundamental;
- b) concessão dos lotes por preços 20% inferiores aos das concessões a outros agricultores, ou a cobrança somente das despesas de medição;
- c) facilidade do pagamento dos lotes mediante a prestação de trabalhos na construção de estradas e caminhos do próprio interesse deles, valorizando-lhes logo as terras e facilitando-lhes o transporte dos produtos, como os contatos com os outros agricultores. [...] ⁸

Nos depoimentos colhidos de alguns migrantes que ainda vivem na região, mais especificamente nos municípios de Planalto, Liberato Salzano, Rodeio Bonito, Caiçara, Vista Alegre, Trindade do Sul, Pinhal, podemos verificar que o nacional se encontrava em quase todos os lugares, mas havia espaços em que se concentravam em maior número. Contudo, mesmo assim, quando se fazia a medição dos lotes e o conseqüente estabelecimento de migrantes de descendência européia em maior número que aqueles, a tendência era de que se retirassem. Devemos levar em

⁷CORRESPONDÊNCIA 1937. Inspetoria De Terras e Colonização. Frederico Westphalen – RS.

⁸ REGULAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO (1992). Inspetoria de Terras – RS.

consideração o que Zarth afirma: “Diante da abundância de terras virgens, também fica claro que a submissão desses trabalhadores a um mercado de trabalho era algo relativamente complexo e lento”.⁹

O caboclo não viveu isolado; ao contrário, a possibilidade de sobrevivência desses homens livres no interior das florestas virgens da fronteira agrícola implicava em algum tipo de relação comercial com o mercado. Nesse sentido, Zarth nos relata:

No caso das imensas florestas do Alto Uruguai, os lavradores nacionais mantinham sólidas relações econômicas com o mercado através da erva-mate [...]. Nas áreas onde não havia produção de mate, a possibilidade de reunir recursos econômicos para adquirir bens de consumo no mercado passava pela venda de trabalhos esporádicos para os estancieiros, para as companhias de colonização e para o Estado...¹⁰.

Pelo que podemos observar, nas análises de Zarth e Bonetti, as dificuldades do caboclo eram conviver e assimilar o sistema agrícola de produção do migrante de “origem”, bem como as necessidades de consumo e poupança que eram inerentes.

Uma das relações que conseguimos fazer foi que “a chegada dos migrantes proporcionou um significativo abalo cultural para os caboclos. O padrão cultural dos migrantes era completamente incompatível com os caboclos”.¹¹

Outra análise feita por Bonetti “é que, quanto mais as relações mercantis aumentavam, o cotidiano dos caboclos piorava, pela falta de habilidades que os mesmos possuem com o ‘manuseio do dinheiro’”.¹²

Podemos, assim, entender a resistência que o nacional apresentava em vizinhar com os de “origem”, procurando deles se afastar sempre que podia e deixando, até mesmo, de se beneficiar do Serviço de Proteção ao

⁹ ZARTH, Paulo A. .Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí. Ed. Unijui2000.p,174.

¹⁰ Idem, p,174.

¹¹ ZARTH, Paulo A .(org). Os caminhos da exclusão social. Unijuí. Ed. Unijuí. 1998. p,115.

¹² Idem. P,115.

Nacional¹³. Um detalhe muito significativo observado nos vários depoimentos colhidos nos municípios citados é que não houve menção de que os caboclos pusessem em risco a convivência dos de “origem”, ou o contrário disso. Porém, o receio por parte dos de “origem” em se relacionar com os nacionais esteve presente na maioria dos depoimentos, embora se referindo aos primeiros momentos em que houve contato entre eles. Vejamos algumas passagens que historiam os contatos estabelecidos entre os de “origem” e “caboclos”:

Teve uma vez que eu fui no moinho. Eu saí de manhã, tinha chovido muito. Fazia pouco tempo que pois tava até meio que acampado. Pra atravessá uma sanga lá adiante eu quase perdi a carga, não conhecia. Na volta eu ia atravessá, quando um caboclo gritô: “Desce mais pra baixo que é mais seguro”. Então atravessei bem, vi que era uma pessoa boa .¹⁴

Analisando o depoimento do senhor Manoel Pires Ribeiro, de noventa anos, residente na Linha Santa Bárbara, no município de Rodeio Bonito, podemos fazer uma relação com o que mencionamos anteriormente. No seu relato, ele contou que seu pai era proprietário de três colônias de terra, uma sem documentação, onde produziam alguns porcos e cavalos. Saíram de Palmeira das Missões porque se dizia que havia mata e muita fartura: “A gente ficava sabendo que outros tinham vindo e não voltavam, então era bom e nós viemos também”. Segundo o entrevistado, foi no final da década de 1920 que chegaram aonde viria a ser Rodeio Bonito.

Aparece nessa fala uma fuga das relações mercantis rumo ao “primitivo”, à caça, pesca e a um pequeno roçado para subsistência. Nenhum membro de sua família utilizou-se das vantagens promovidas pelo

¹³ Serviço de Proteção ao Nacional (SPN). Este serviço foi criado com o objetivo de fixá-los ao solo, sistematizando suas atividades agrícolas, e procurando desenvolver a fraternidade interétnica. A colônia Santa Rosa foi a primeira colônia em que começou a proteção sistemática ao nacional. GREGORY, Valdir. Capitalismo, latifúndio, migração: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – zona norte e região da grande Santa Rosa. Dissertação de mestrado. (PUCRS). Porto Alegre. 1988. p.125-126.

¹⁴ Entrevistas feita por Dablio Taglietti, janeiro – junho de 2002.

Serviço de Proteção ao Nacional nem conseguiu se estabelecer num lote de terra para viver.

Se forem verificados os livros em que constam os requerentes de títulos e aqueles em que se registrava a arrecadação da dívida colonial em dinheiro, perceberemos que o número de nomes nacionais é relativamente alto. Contudo, pela análise dos mesmos livros que registram a regulamentação fundiária da região, assim como pelos vários depoimentos colhidos nos municípios já mencionados, verificaremos que a permanência do elemento nacional é muito reduzida.

Tal constatação leva-nos a concluir que, no momento da regulamentação agrária, de medição dos lotes, legalização, etc., ocorria o registro no nome do ocupante e a execução do pagamento do lote, mas, com o tempo, a grande maioria se desfazia da terra.

É importante lembrar que o nacional se constituiu numa “peça” importante no processo que engendrou a ocupação e normatização fundiária do Rio Grande do Sul e, aqui, especificamente, da região do Médio Alto Uruguai, por ter sido quem migrou primeiramente para essa região de mata; também por estar associado à longa trajetória agrária brasileira, desfavorecido e influenciado pela Lei de Terras de 1850, assim como pelos projetos de colonização. Somente no início do século XX surgiu-lhes uma luz de esperança, que pouco resultado de fato obteve.

BIBLIOGRAFIA

ZARTH, Paulo A. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

_____. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

_____. (Org). BONETTI, in: . **Os caminhos da exclusão social**. Unijuí. Editora da Unijuí. 1998.

RUCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827/1931**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

GREGORY, Valdir. **Capitalismo, latifúndio, migrações: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – zona norte e região da grande Santa Rosa**. Dissertação de Mestrado(PUC). Porto Alegre. 1988

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

TEDESCO, João C. **Terra, trabalho e família-racionalidades produtivas e ethos camponês**. Passo Fundo: Ediupef, 1999.

_____. **O processo de modernização e a agricultura familiar**. Revista Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo, n. 1, ano 01, UPF, p. 61 – 88, 1993.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SPONCHIADO, Breno A. **Os positivistas e a colonização do norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1990.

FONTES PRIMÁRIAS

CORRESPONDÊNCIAS. Inspeção de Terras de Frederico Westphalen – RS – 1941.

RELATÓRIOS de 1917 – Inspeção de Terras e Colonização de Frederico Westphalen – RS.

REGULAMENTO de TERRAS e COLONIZAÇÃO – 1922. Inspeção de Terras de Frederico Westphalen – RS.

CORRESPONDÊNCIA de 1937 – Inspeção de Terras e Colonização de Frederico Westphalen – RS.

Entrevistas Diversas feitas por Dablio Taglietti, de janeiro a Junho de 2002.

Recebido em dezembro de 2004
Aprovado em fevereiro de 2005